

CENTRO UNIVERSITÁRIO ARNALDO HORÁCIO FERREIRA



REGIMENTO INTERNO

Luís Eduardo Magalhães – BA

2019



SUMÁRIO

TÍTULO I.....	5
DA DENOMINAÇÃO, SEDE E OBJETIVOS	5
TÍTULO II.....	6
DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL.....	6
CAPÍTULO I.....	6
DOS ÓRGÃOS E DO SEU FUNCIONAMENTO	6
CAPÍTULO II.....	7
DA COMPOSIÇÃO E ATRIBUIÇÃO DOS ÓRGÃOS COLEGIADOS	7
Seção I	7
Do Conselho Superior.....	7
Seção II	10
Do Colegiado de Curso.....	10
CAPÍTULO III.....	10
DA COMPOSIÇÃO E ATRIBUIÇÕES DOS ÓRGÃOS EXECUTIVOS	10
Seção I	12
Do Instituto Superior de Educação	12
Seção II	13
Da Coordenadoria de Curso	13
TÍTULO III.....	15
DA ATIVIDADE ACADÊMICA.....	15
CAPÍTULO I.....	15
DO ENSINO	15
CAPÍTULO II.....	16
DA INICIAÇÃO CIENTÍFICA.....	16
CAPÍTULO III.....	16
DA EXTENSÃO.....	16
TÍTULO IV	17
DO REGIME ACADÊMICO.....	17
CAPÍTULO I.....	17

DO ANO LETIVO	17
CAPÍTULO II.....	18
DO PROCESSO SELETIVO	18
CAPÍTULO III.....	19
DA MATRÍCULA.....	19
CAPÍTULO IV	23
DA AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM.....	23
CAPÍTULO V	25
DO REGIME ESPECIAL	25
CAPÍTULO VI	26
DOS ESTÁGIOS SUPERVISIONADOS	26
CAPÍTULO VII	27
DOS TRABALHOS DE GRADUAÇÃO	27
TÍTULO V	27
DA COMUNIDADE ACADÊMICA	27
CAPÍTULO I.....	27
DO CORPO DOCENTE	27
CAPÍTULO II.....	29
DO CORPO DISCENTE.....	29
CAPÍTULO III.....	30
DO CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO	30
TÍTULO VI	31
DO REGIME DISCIPLINAR	31
CAPÍTULO I.....	31
DO REGIME DISCIPLINAR GERAL.....	31
CAPÍTULO II.....	32
DO REGIME DISCIPLINAR DO CORPO DOCENTE	32
CAPÍTULO III.....	32
DO REGIME DISCIPLINAR DO CORPO DISCENTE	32
CAPÍTULO IV	35
DO REGIME DISCIPLINAR DO CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO	35



TÍTULO VII	35
DOS TÍTULOS E DIGNIDADES ACADÊMICAS	35
TÍTULO VIII	36
DAS RELAÇÕES ENTRE A MANTENEDORA E O CENTRO UNIVERSITÁRIO ..	36
TÍTULO IX	37
EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA	37
TÍTULO X	40
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	40



TÍTULO I

DA DENOMINAÇÃO, SEDE E OBJETIVOS

Art. 1º O Centro Universitário Arnaldo Horácio Ferreira - UNIFAAHF é uma instituição particular de ensino superior, com limite territorial de atuação circunscrito ao município de Luis Eduardo Magalhães (BA), mantida pela Sociedade Arnaldo Horácio Ferreira S/C LTDA, constituída e registrada na forma da lei.

§ 1º. O Centro Universitário Arnaldo Horário Ferreira – UNIFAAFH tem como sede o município de Luís Eduardo Magalhães, no Estado da Bahia, tendo por limite territorial de atuação a referida unidade da federação, podendo, na forma da legislação vigente, credenciar campi fora de sede em outros municípios do Estado da Bahia.

§ 2º. O Centro Universitário Arnaldo Horácio Ferreira - UNIFAAHF, doravante somente Centro Universitário ou apenas UNIFAAHF, integra o Sistema Federal de Ensino, regendo-se pelas normas legais vigentes, por seu Estatuto, pelo presente Regimento e pelos atos constitutivos da Mantenedora.

Art. 2º A UNIFAAHF tem por finalidade:

- I. estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;
- II. formar cidadãos e profissionais nas áreas de conhecimento em que atuar, aptos para a inserção nas respectivas carreiras e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, promovendo ações para sua formação continuada;
- III. incentivar a investigação científica, visando ao desenvolvimento da ciência e da tecnologia, da criação e difusão da cultura e o entendimento do homem e do meio em que vive;
- IV. promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;
- V. suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;
- VI. estimular o conhecimento dos problemas do mundo globalizado e, simultaneamente, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;



- VII. promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios da criação cultural e da iniciação científica e tecnológica geradas na instituição;
- VIII. contribuir para a redução das desigualdades sociais e regionais e desenvolver ações afirmativas para a promoção de igualdade de condições com vistas à inclusão social.

Parágrafo único. Para o cumprimento de suas finalidades a UNIFAAHF pode assinar convênios, acordos, contratos ou protocolos, por intermédio da Mantenedora.

TÍTULO II

DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

CAPÍTULO I

DOS ÓRGÃOS E DO SEU FUNCIONAMENTO

Art. 3º São órgãos do Centro Universitário:

- I. Conselho Superior (CONSUP);
- II. Reitoria;
- III. Instituto Superior de Educação (ISE);
- IV. Colegiado de Curso; e
- V. Coordenadoria de Curso.

Art. 4º Ao Conselho Superior e aos Colegiados de Curso aplicam-se as seguintes normas:

- I. o Conselho Superior funciona com a presença da maioria absoluta de seus membros e decide com maioria simples, salvo nos casos previstos neste Regimento;
- II. o presidente do Colegiado, além de seu voto, tem, nos casos de empate, o voto de qualidade;
- III. as reuniões que não se realizem em datas pré-fixadas no calendário acadêmico são convocadas com antecedência mínima de quarenta e oito horas, salvo em caso de urgência, constando da convocação a pauta dos assuntos;
- IV. as reuniões de caráter solene são públicas e funcionam com qualquer número de participantes;



- V. das reuniões é lavrada ata, que será lida, aprovada e assinada na mesma reunião ou na seguinte;
- VI. é obrigatório e tem preferência sobre qualquer outra atividade o comparecimento dos membros às reuniões dos colegiados.

§ 1º. São adotadas as seguintes normas nas votações:

- a) nas decisões atinentes a pessoas, a votação é sempre secreta;
- b) nos demais casos, a votação é simbólica, podendo, mediante requerimento aprovado, ser normal ou secreta;
- c) não é admitido o voto por procuração;
- d) o membro de colegiado que acumule cargo ou função tem direito a apenas um voto.

§ 2º. As decisões dos órgãos colegiados podem, conforme a natureza, assumir a forma de resoluções, deliberações, ou instruções normativas, a serem baixadas por seu respectivo presidente.

Art. 5º O Curso é a unidade básica da UNIFAAHF para todos os efeitos de organização administrativa e didático-científica, sendo integrado pelos professores das disciplinas ou unidades curriculares que compõem o currículo do mesmo, pelos alunos nelas matriculados e pelo pessoal técnico-administrativo nele lotado.

Art. 6º O Curso é integrado pelo Colegiado de Curso, para as funções deliberativas e normativas, e pela Coordenadoria de Curso, para as tarefas executivas.

CAPÍTULO II

DA COMPOSIÇÃO E ATRIBUIÇÃO DOS ÓRGÃOS COLEGIADOS

SEÇÃO I

Do Conselho Superior

Art. 7º O Conselho Superior (CONSUP), órgão deliberativo e normativo do Centro Universitário, é constituído pelos seguintes membros:

- I. Reitora, sua presidente nata;
- II. Pró-Reitor Administrativo/Financeiro;



- III. Pró Reitor Acadêmico;
- IV. dois representantes dos Coordenadores de Curso;
- V. dois representantes do corpo docente;
- VI. um representante do corpo técnico-administrativo;
- VII. um representante do corpo discente; e
- VIII. um representante da Mantenedora, por ela indicado;

§ 1º. A indicação dos representantes previstos nos incisos IV, V, VI e VII deste artigo será feita em lista tríplice, por seus pares.

§ 2º. O mandato dos representantes é de um ano, permitida a recondução, exceto para o representante previsto no inciso VII.

Art. 8º Compete ao Conselho Superior:

- I. deliberar sobre o projeto pedagógico-institucional e o plano de desenvolvimento institucional do Centro Universitário;
- II. regulamentar o funcionamento dos cursos e programas de nível superior;
- III. deliberar sobre a criação, organização e extinção de cursos e programas de nível superior, fixando-lhes as vagas anuais, atendida a legislação vigente;
- IV. autorizar o funcionamento de cursos de pós-graduação, na forma da legislação pertinente;
- V. fixar os currículos dos seus cursos e programas, observadas as diretrizes curriculares nacionais, fixadas pela legislação em vigor;
- VI. regulamentar o desenvolvimento de estágios supervisionados, trabalhos de cursos de graduação e atividades complementares;
- VII. deliberar sobre normas ou instruções para avaliação institucional e pedagógica da UNIFAAHF e de suas atividades de ensino, iniciação científica e extensão;
- VIII. disciplinar a realização do processo seletivo para ingresso nos cursos de graduação e em outros cursos;
- IX. regulamentar as atividades de apoio à iniciação científica e ao desenvolvimento da extensão e deliberar sobre projetos e programas que lhe forem submetidos pela Reitora;
- X. fixar normas complementares a este Regimento, relativas ao ingresso do aluno, ao seu desenvolvimento e diplomação, transferências, trancamento de matrículas, matrícula de graduados, avaliação da aprendizagem, aproveitamento de estudos e de conhecimentos



adquiridos na educação profissional, inclusive no trabalho, aceleração de estudos para alunos com extraordinário aproveitamento e regime especial, além de normas e procedimentos para o ensino de graduação e pós-graduação, iniciação científica e a extensão e o registro e controle acadêmico;

- XI. elaborar e reformar o seu regimento, em consonância com as normas gerais atinentes;
- XII. regulamentar as atividades de todos os setores do Centro Universitário;
- XIII. emitir parecer sobre contratos, acordos, convênios e outras matérias que lhe forem submetidos pelo Reitor;
- XIV. aprovar o orçamento e o plano anual de atividades do Centro Universitário;
- XV. decidir sobre os recursos interpostos de decisões dos demais órgãos;
- XVI. deliberar sobre o relatório anual da Reitoria;
- XVII. aprovar medidas que visem ao aperfeiçoamento e desenvolvimento das atividades do Centro Universitário;
- XVIII. decidir sobre a concessão de dignidades acadêmicas; e
- XIX. exercer as demais atribuições que lhe sejam previstas em lei, neste Regimento e demais normas aplicáveis.

Art. 9º O Conselho Superior reúne-se, ordinariamente, duas vezes em cada semestre, e, extraordinariamente, quando convocado pela Reitora ou a requerimento de dois terços dos respectivos membros, com pauta definida.

Art. 10º A Reitora pode pedir reexame de decisão do Conselho Superior até quinze dias após a reunião em que tiver sido tomada, convocando o respectivo colegiado para conhecimento de suas razões e para deliberação final.

§ 1º. O acolhimento ao pedido de reexame pode ocorrer somente pelo voto de, no mínimo, dois terços dos membros componentes do respectivo colegiado.

§ 2º. Nas matérias que envolvam assuntos econômico-financeiros, haverá recurso *ex officio* para a Mantenedora, dentro de dez dias, sendo a decisão desta considerada final sobre a matéria.



SEÇÃO II

Do Colegiado de Curso

Art. 11º O Colegiado de Curso é integrado pelos seguintes membros:

- I. o Coordenador do Curso, que o preside;
- II. três representantes do corpo docente do curso, escolhidos pela Reitora, a partir de lista tríplice, elaborada por seus pares, com mandato de um ano, podendo haver recondução;
- III. um representante do corpo discente, indicado pelo Diretório ou Centro Acadêmico do Curso entre os alunos regularmente matriculados no curso, com mandato de um ano, sem direito à recondução.

Art. 12º Compete ao Colegiado de Curso:

- I. deliberar sobre o projeto pedagógico do curso, atendidas as diretrizes curriculares nacionais, quando for o caso, e às normas fixadas pelo CONSUP;
- II. deliberar sobre os programas e planos de ensino das disciplinas ou unidades curriculares;
- III. emitir parecer sobre os projetos de ensino, iniciação científica e de extensão que lhe forem apresentados, para decisão final do CONSUP;
- IV. pronunciar-se, em grau de recurso, sobre aproveitamento e adaptação de estudos, assim como sobre aceleração e recuperação de estudos;
- V. opinar, quando consultado, sobre admissão, promoção e afastamento de seu pessoal docente;
- VI. aprovar o plano e o calendário anual de atividades do Curso, elaborado pelo Coordenador;
- VII. promover, em articulação com o Núcleo Docente Estruturante – NDE, a avaliação periódica do curso; e
- VIII. exercer as demais competências que lhe sejam previstas em lei e neste Regimento.

CAPÍTULO III

DA COMPOSIÇÃO E ATRIBUIÇÕES DOS ÓRGÃOS EXECUTIVOS

Art. 13º A Reitoria, integrada pela Reitora e pelos Pró-Reitores, é o órgão executivo superior de planejamento e gestão de todas as atividades do Centro Universitário.



§ 1º. A Reitoria é integrada, ainda, pelos seguintes órgãos, além de outros que forem criados na forma deste Regimento:

- I. Comissão Própria de Avaliação;
- II. Secretaria Acadêmica; e
- III. Biblioteca.

§ 2º. À Reitora compete criar Pró-Reitorias, segundo as necessidades de atendimento à melhoria contínua da qualidade do ensino e de desempenho acadêmico-administrativo, ouvida a Mantenedora.

§ 3º. Cabe à Reitora aprovar o regulamento dos órgãos da Reitoria.

Art. 14º A Reitora é designada pela Mantenedora, com mandato de dois anos, podendo haver recondução; sendo substituída, em suas faltas e impedimentos eventuais, pelo Pró-Reitor que designar.

Parágrafo único. Cabe à Reitora nomear os Prós-Reitores, os membros da Comissão Própria de Avaliação, a Secretária Acadêmico e a Bibliotecária, os Coordenadores de Curso e os demais ocupantes de cargos ou funções de confiança, após aprovação pela Mantenedora.

Art. 15º São atribuições da Reitora:

- I. superintender todas as atividades do Centro Universitário;
- II. representar a UNIFAAHF perante as autoridades e as instituições de ensino;
- III. propor a criação de cursos e programas e as vagas respectivas, assim como linhas ou projetos de iniciação científica ou programa de extensão;
- IV. decidir, em grau de recurso, sobre os pedidos de matrícula, trancamento de matrícula, transferências e similares;
- V. promover a avaliação institucional e pedagógica do Centro Universitário;
- VI. convocar e presidir as reuniões do CONSUP;
- VII. elaborar o plano anual de atividades e submetê-lo à aprovação do CONSUP;
- VIII. elaborar a proposta orçamentária;
- IX. elaborar o relatório anual das atividades da UNIFAAHF para apreciação do CONSUP;
- X. conferir graus, assinar diplomas, títulos e certificados escolares;



- XI. zelar pela manutenção da ordem e da disciplina, no âmbito do Centro Universitário, respondendo por abuso ou omissão;
- XII. propor à Mantenedora a contratação ou dispensa de pessoal docente e técnico-administrativo;
- XIII. promover as ações necessárias às autorizações de cursos, assim como as relativas ao credenciamento do Centro Universitário;
- XIV. designar os representantes junto aos órgãos colegiados, assim como os ocupantes de cargos ou funções de reitoria, chefia, coordenadoria, assessoramento ou consultoria;
- XV. deliberar sobre publicações, sempre que essas envolvam responsabilidade do Centro Universitário;
- XVI. cumprir e fazer cumprir as disposições deste Regimento e demais normas pertinentes;
- XVII. homologar ou pedir reexame das decisões dos colegiados;
- XVIII. estabelecer normas complementares a este Regimento, para o funcionamento dos setores acadêmico, técnico e de apoio administrativo;
- XIX. fixar o regulamento dos setores que integram a Reitoria;
- XX. resolver os casos omissos neste Regimento e os casos urgentes, *ad referendum* do CONSUP, submetendo as decisões a referendo na primeira reunião ordinária subsequente;
- XXI. exercer as demais atribuições que lhe sejam previstas em lei e neste Regimento; e
- XXII. delegar competência, sem prejuízo da sua responsabilidade.

SEÇÃO I

Do Instituto Superior de Educação

Art. 16º O Instituto Superior de Educação - ISE é a unidade acadêmico-administrativa da UNIFAAHF que tem como objetivos:

- I. a formação de profissionais para:
 - a) a educação infantil;
 - b) o magistério dos anos iniciais do ensino fundamental;
 - c) a docência nos anos finais do ensino fundamental e no ensino médio;
- II. a promoção de práticas educativas que considerem o desenvolvimento integral da criança e do jovem, em seus aspectos físico, psicossocial e cognitivo-linguístico; e



III. desenvolver ações para a adequação dos conteúdos da Língua Portuguesa, da Matemática, de outras linguagens e códigos, do mundo físico e natural e da realidade social e política, de modo a assegurar sua aprendizagem pelos alunos a partir dos seis anos.

§ 1º. O ISE é administrado por um Coordenador, designado pelo Reitor do Centro Universitário, devendo ter titulação compatível com aquela prevista na legislação, com mandato por prazo indeterminado.

§ 2º. O corpo docente do ISE participa, em seu conjunto, da elaboração, execução e avaliação dos projetos pedagógicos das licenciaturas e dos demais cursos e programas para a formação, especialização, aperfeiçoamento ou atualização de profissionais para a educação básica.

Art. 17º O ISE pode ministrar as seguintes modalidades de cursos e programas:

- I. curso de pedagogia, para licenciatura de profissional em educação infantil, e de professores para os anos iniciais do ensino fundamental;
- II. cursos de licenciatura destinados à formação de docentes dos anos finais do ensino fundamental e do ensino médio;
- III. programas de formação continuada, destinados à atualização de profissionais da educação básica nos diversos níveis;
- IV. programas especiais de formação pedagógica, destinados a portadores de diploma de nível superior;
- V. cursos de pós-graduação, voltados para a atuação na educação básica.

Art. 18º Integram o ISE os cursos de licenciaturas, com os respectivos colegiados e coordenadorias.

Art. 19º Cabe ao CONSUP aprovar o Regulamento do ISE, inclusive sua estrutura organizacional, mediante proposta da Reitora do Centro Universitário.

SEÇÃO II

Da Coordenadoria de Curso

Art. 20º O Coordenador de Curso e o seu substituto eventual são designados pela Reitora, com titulação adequada às suas funções, com mandato por prazo indeterminado.



Art. 21º São atribuições do Coordenador de Curso:

- I. superintender todas as atividades da Coordenadoria, representando-a junto às autoridades e órgãos do Centro Universitário;
- II. convocar e presidir as reuniões do Colegiado de Curso;
- III. acompanhar a execução das atividades programadas, bem como o desempenho e a assiduidade dos professores, alunos e do pessoal técnico-administrativo sob sua supervisão;
- IV. apresentar, semestralmente, ao Colegiado de Curso e à Reitoria, relatório das atividades da Coordenadoria;
- V. sugerir a contratação ou dispensa do pessoal docente, técnico-administrativo e monitores;
- VI. encaminhar, ao setor responsável pelo controle acadêmico, nos prazos fixados pelo Reitor, os relatórios e informações sobre avaliações e frequência de alunos;
- VII. promover, periodicamente, a avaliação das atividades e programas do Curso, assim como dos alunos e do pessoal docente e não-docente nele lotado;
- VIII. propor ou encaminhar proposta, na forma deste Regimento, para a criação de cursos e o desenvolvimento de projetos de iniciação científica e programas de extensão ou eventos extracurriculares, culturais ou desportivos;
- IX. distribuir encargos de ensino, iniciação científica e extensão entre seus professores, respeitadas as especialidades;
- X. decidir, após pronunciamento do professor da disciplina ou unidade curricular, sobre aproveitamento de estudos e adaptações de alunos;
- XI. delegar competência, sem prejuízo de sua responsabilidade;
- XII. promover as ações necessárias ao reconhecimento e à renovação de reconhecimento do curso;
- XIII. resolver, no âmbito de sua competência, os casos omissos neste Regimento e os casos urgentes, *ad referendum* do Colegiado, submetendo as decisões a referendo na primeira reunião ordinária subsequente; e
- XIV. exercer as demais atribuições que lhe sejam previstas em lei e neste Regimento.

Art. 22º A coordenação dos cursos sequenciais, de tecnologia e de pós-graduação é exercida pela Coordenadoria de Curso que contiver maior número de disciplinas ou unidades curriculares oferecidas à integralização dos mesmos.



Parágrafo único. A Reitora pode designar coordenador específico para cursos sequenciais, de tecnologia ou de pós-graduação, segundo a natureza ou complexidade de cada um.

Art. 23º Ao CONSUP compete expedir normas complementares para a organização e o funcionamento da Coordenadoria de Curso e sua articulação com os demais órgãos do Centro Universitário.

TÍTULO III **DA ATIVIDADE ACADÊMICA**

CAPÍTULO I **DO ENSINO**

Art. 24º A UNIFAAHF pode ministrar os seguintes cursos:

- I. de graduação, incluindo os de tecnologia, abertos a candidatos que tenham concluído o ensino médio ou equivalente e tenham sido classificados em processo seletivo;
- II. de pós-graduação, em níveis de doutorado ou mestrado, abertos a candidatos diplomados em cursos de graduação;
- III. de pós-graduação, em níveis de especialização, aperfeiçoamento e atualização, abertos a diplomados em cursos superiores;
- IV. de extensão, abertos a candidatos que atendam aos requisitos estabelecidos, em cada caso, pelo CONSUP; e
- V. sequencial de formação específica, abertos a candidatos que tenham concluído o ensino médio ou equivalente e sequencial de complementação de estudos, abertos a candidatos que cumpram os requisitos estabelecidos no respectivo programa, exigindo-se, em ambos os casos, aprovação em processo seletivo.

Art. 25º O currículo dos cursos de graduação é estabelecido pelo Centro Universitário, a partir das diretrizes curriculares nacionais, fixadas pela legislação em vigor.

Parágrafo único. A UNIFAAHF informará aos interessados, antes de cada período letivo, os programas dos cursos e demais componentes curriculares, sua duração, requisitos, qualificação dos



professores, recursos disponíveis e critérios de avaliação, e os demais aspectos necessários ao regular funcionamento das atividades educacionais, que serão amplamente divulgados entre a comunidade acadêmica, integrando o catálogo de curso do Centro Universitário, de forma impressa e on-line, obrigando-se a cumprir as respectivas condições.

CAPÍTULO II

DA INICIAÇÃO CIENTÍFICA

Art. 26º A UNIFAAHF incentiva e apoia a iniciação científica, diretamente ou por meio da concessão de auxílio para a execução de projetos científicos, bolsas especiais, formação de pessoal pós-graduado, promoção de congressos e seminários, intercâmbio com outras instituições, divulgação dos resultados dos trabalhos realizados e outros meios ao seu alcance.

Art. 27º As atividades de apoio à iniciação científica são coordenadas por professor designado pela Reitora.

Parágrafo único. Os projetos de iniciação científica são coordenados pelo coordenador do curso a que esteja afeita sua execução, ou por coordenador designado pela Reitora, quando envolver atividades intercursos.

Art. 28º Cabe ao CONSUP regulamentar as atividades de iniciação científica nos aspectos relativos à sua organização, administração, financiamento e funcionamento, assim como os relacionados à sua avaliação e divulgação.

CAPÍTULO III

DA EXTENSÃO

Art. 29º A UNIFAAHF mantém atividades de extensão, mediante a oferta de cursos e serviços, para a difusão de conhecimentos e técnicas pertinentes à área de sua atuação.

Art. 30º As atividades extensionistas são coordenadas por professor designado pela Reitora.



Parágrafo único. Os programas de extensão podem ser coordenados pelo coordenador do curso ou por professor, designado pela Reitora.

Art. 31º Incumbe ao CONSUP regulamentar as atividades de extensão nos aspectos relativos à sua organização, administração, financiamento e funcionamento, assim como os relacionados à sua avaliação e divulgação.

TÍTULO IV DO REGIME ACADÊMICO

CAPÍTULO I DO ANO LETIVO

Art. 32º O ano letivo, independente do civil, abrange, no mínimo, duzentos dias de trabalho acadêmico efetivo, distribuídos em períodos letivos regulares anuais, semestrais, quadrimestrais, trimestrais, bimestrais ou modulares, não computados os dias reservados aos exames finais, quando houver.

Parágrafo único. O período letivo prolongar-se-á sempre que necessário para que se completem os dias letivos previstos, bem como para integral cumprimento do conteúdo e duração estabelecidos nos programas das disciplinas ou unidades curriculares ministradas nos cursos de graduação.

Art. 33º As atividades da UNIFAAHF são programadas anualmente, em calendário, do qual deve constar, pelo menos, o início e o encerramento dos períodos letivos de matrícula, de transferências e de trancamento de matrículas.

Art. 34º Entre os períodos regulares podem ser executados programas de ensino, iniciação científica e extensão extracurriculares ou curriculares, sendo que, para as disciplinas ou unidades curriculares e atividades curriculares, as exigências são iguais, em conteúdo, carga horária, trabalho escolar e critério de aprovação, às dos períodos regulares.



Art. 35º A Reitoria da UNIFAAHF divulga, anualmente, junto à Secretaria Acadêmica e à Biblioteca, bem como na página eletrônica dessa IES, as condições de oferta dos cursos, mediante catálogo, dele devendo constar, pelo menos, as seguintes informações:

- I. relação de seus dirigentes, em todos os níveis acadêmico-administrativos, indicando titulação e/ou qualificação profissional e regime de trabalho;
- II. relação nominal de seu corpo docente, indicando área de conhecimento, titulação, qualificação profissional e regime de trabalho;
- III. descrição da biblioteca, quanto ao seu acervo, por área de conhecimento, política de atualização e informatização, área física disponível e formas de acesso e utilização;
- IV. descrição dos laboratórios instalados, por área de conhecimento a que se destinam, área física disponível e equipamentos instalados;
- V. relação de computadores à disposição dos cursos e descrição das formas de acesso às redes de informação;
- VI. relação de cursos autorizados, reconhecidos e renovados, citando o ato legal e data de publicação no Diário Oficial da União;
- VII. número máximo de alunos por turma e turno de funcionamento;
- VIII. conceitos obtidos nas últimas avaliações realizadas pelo Ministério da Educação, quando houver;
- IX. valor corrente das mensalidades, por curso ou habilitação;
- X. valor corrente das taxas de matrícula e outros encargos financeiros, a serem assumidos pelos alunos;
- XI. formas de ajustes vigentes para os encargos financeiros previstos nos incisos IX e X; e
- XII. projeto pedagógico do curso e componentes curriculares, sua duração, requisitos e critérios de avaliação.

CAPÍTULO II

DO PROCESSO SELETIVO

Art. 36º O ingresso nos cursos de graduação e de pós-graduação, sob qualquer forma, é feito mediante processo de seleção, fixado pelo CONSUP, observando a legislação vigente.



Art. 37º As inscrições para o processo seletivo são abertas em edital, do qual deverão constar no mínimo as seguintes informações: denominação e habilitações de cada curso; ato autorizativo de cada curso, com respectivo ato legal publicado no Diário Oficial da União; número de vagas autorizadas; turno de funcionamento; número de alunos por turma; local de funcionamento de cada curso; normas de acesso contendo os prazos de inscrição, a relação e o período das provas, testes, entrevistas ou análise de currículo escolar, os critérios de classificação e desempate e demais informações úteis; e prazo de validade do processo seletivo.

§1º. A divulgação do edital seguirá as normas da legislação vigente, podendo ser feita de forma resumida, indicando, todavia, o local onde podem ser obtidas as demais informações, incluindo o catálogo institucional.

§ 2º. Os critérios e normas de seleção e admissão devem levar em conta os seus efeitos sobre a orientação do ensino médio e a articulação com os órgãos normativos dos sistemas de ensino.

CAPÍTULO III DA MATRÍCULA

Art. 38º A matrícula, ato formal de ingresso no curso e vinculação ao Centro Universitário, realiza-se em setor próprio, em prazo estabelecido no calendário acadêmico, instruído o requerimento com a documentação disciplinada pelo CONSUP.

Art. 39º O candidato classificado que não se matricular dentro do prazo estabelecido, com todos os documentos exigidos, perde o direito à matrícula, não se efetivando, assim, o vínculo institucional.

§ 1º. Nenhuma justificativa pode eximir o candidato da apresentação, no prazo devido, dos documentos exigidos, motivo pelo qual, no ato de sua inscrição, deve tomar ciência sobre essa obrigação.

§ 2º. Para efetivação da matrícula dos alunos ingressantes nos cursos de graduação, é necessária a apresentação dos seguintes documentos:

- I. cédula de identidade (RG);
- II. CPF;
- III. título de eleitor e comprovante de quitação eleitoral;
- IV. certificado de reservista ou CDI (candidatos do sexo masculino);



- V. certidão de nascimento e/ou casamento;
- VI. comprovante de residência.
- VII. duas fotos ¾ recentes;
- VIII. diploma e/ou certificado de conclusão do ensino médio ou equivalente devidamente autenticado pela inspeção escolar/escola e para aqueles que já possuem título de graduação, cópia autenticada do diploma registrado de curso superior reconhecido;
- IX. histórico escolar do ensino médio; e
- X. boletim individual do resultado do Enem, para o candidato que fez a opção no ato da inscrição do processo seletivo.

§ 3º. Quando a matrícula for realizada por procurador, este deverá apresentar o seu documento de identidade e a cópia da carteira de identidade do aluno, além do instrumento de procuração.

§ 4º. Constatada, a qualquer tempo, falsidade ou irregularidade na documentação apresentada para matrícula, ou verificando-se que efetivamente o aluno não teria direito a ela, a Secretaria Acadêmica, com deferimento do Conselho Superior, procederá ao cancelamento dessa matrícula, sem prejuízos das demais ações cabíveis.

§ 5º. No ato da entrega dos documentos necessários para a matrícula, deverá ser assinado pelo aluno ou responsável o contrato de prestação de serviços educacionais;

§ 6º. No ato da matrícula o acadêmico receberá o Manual do aluno, o qual também estará integralmente disponível no site do Centro Universitário.

§ 7º. O eventual pagamento de encargos educacionais não dá direito à matrícula, caso o candidato não apresente os documentos previstos no edital.

§ 8º. No caso dos cursos de pós-graduação, será exigida a apresentação de documentação comprobatória de conclusão de curso superior, constante de diploma registrado de curso de graduação reconhecido e respectivo histórico.

Art. 4º A matrícula deve ser renovada, em cada período letivo, nos prazos estabelecidos no calendário acadêmico.

§ 1º. Ressalvado os casos previstos neste Regimento, a não renovação de matrícula, no prazo regulamentar, implica abandono do curso e desvinculação do aluno deste Centro Universitário.



§ 2º. O requerimento de renovação de matrícula é instruído com o contrato de prestação de serviços educacionais e o comprovante de pagamento dos encargos educacionais, bem como de quitação de parcelas referente ao período letivo anterior.

Art. 41º Pode ser concedido trancamento de matrícula para efeito de, interrompidos os estudos, manter o aluno vinculado a esta IES, resguardado o seu direito de renovação de matrícula, observado o prazo máximo de dois semestres, consecutivos ou não.

Art. 42º Ocorrendo vaga ao longo do curso, pode ser concedida matrícula a aluno transferido de curso superior regular de instituição congênere, nacional ou estrangeira, para prosseguimento de seus estudos ou em curso afim, respeitada a legislação em vigor e a classificação em processo seletivo.

§ 1º. A aceitação de transferência de ofício não está sujeita à existência de vagas.

§ 2º. Nas vagas remanescentes podem, ainda, ser matriculados portadores de diplomas registrados de cursos de graduação reconhecidos, na forma estabelecida pelo CONSUP.

Art. 43º Quando da ocorrência de vagas, pode ser concedida matrícula avulsa em disciplinas ou unidades curriculares de curso sequencial, de graduação, incluindo o de tecnologia, ou pós-graduação a alunos que demonstrarem capacidade de cursá-las com proveito, após processo seletivo prévio.

Art. 44º A matrícula de graduados ou de transferidos sujeita-se, ainda:

- I. ao cumprimento dos prazos fixados no calendário acadêmico e em normas específicas emanadas dos órgãos colegiados;
- II. a requerimento, instruído, no que couber, com a documentação fixada pelo CONSUP, além do histórico escolar do curso de origem e programas das disciplinas ou unidades curriculares cursadas.

Art. 45º O aluno graduado, transferido, reoptante, ou solicitante de aproveitamento de estudos, está sujeito às adaptações curriculares que se fizerem necessárias, referentes às disciplinas ou unidades curriculares realizadas, com aprovação no curso de origem.



Parágrafo único. O aproveitamento é concedido e as adaptações são determinadas pela Coordenadoria de Curso, observadas as seguintes e demais normas da legislação pertinente:

- I. a disciplina ou unidade curricular solicitada para aproveitamento de estudos deverá ter sido cursada em curso regular, ofertado por instituição de ensino superior devidamente credenciada pelo Ministério da Educação;
- II. para análise de aproveitamento de estudos de disciplinas ou unidades curriculares cursadas em outra instituição de ensino superior, é necessária a apresentação do histórico escolar original, emitido pela instituição de origem, ou declaração de aprovação em que conste nota e carga horária da disciplina ou unidade curricular, devidamente acompanhada do programa autenticado da disciplina ou unidade curricular solicitada;
- III. para integralização do curso exige-se carga horária total não inferior à prevista no currículo do curso, bem como o cumprimento regular de todas as disciplinas ou unidades curriculares e atividades; e
- IV. nenhuma disciplina ou unidade curricular, resultante do conteúdo previsto nas diretrizes curriculares, estabelecidas pelo Ministério da Educação, pode ser dispensada ou substituída por outra.

Art. 46º Na elaboração dos planos de adaptação são observados os seguintes princípios gerais:

- I. a adaptação deve ser processada mediante o cumprimento do plano especial de estudos, que possibilite o melhor aproveitamento do tempo e de capacidade de aprendizagem do aluno;
- II. quando forem prescritos, no processo de adaptação, estudos complementares, podem esses serem realizados em regime de matrícula especial;
- III. não estão isentos de adaptação os alunos beneficiados por lei especial que lhes assegure a transferência, em qualquer época e independentemente da existência de vaga;
- IV. quando a transferência se processar durante o período letivo são aproveitados conceitos, notas e frequência, obtidos pelo aluno na instituição de origem, até a data em que se tenha desligado, desde que demonstrado por documento hábil.

Art. 47º Em qualquer época, a requerimento do interessado, a UNIFAAHF concede transferência a aluno regular nela matriculado.



§ 1º. A transferência de alunos regulares será concedida sem restrição em razão de inadimplência, existência de processo disciplinar em trâmite ou mesmo em função de estar enquadrado no primeiro ou último período do curso.

§ 2º. Quando o aluno perder o vínculo com o curso e o Centro Universitário, a Secretaria Acadêmica pode expedir certidão dos estudos realizados, a requerimento do aluno.

Art. 48º O aproveitamento de estudos pode ser concedido a qualquer aluno, mediante análise de seu histórico escolar e programas cursados com êxito, na forma prevista pelo CONSUP.

Parágrafo único. Podem, ainda, ser aproveitadas competências adquiridas pelo aluno, de acordo com a legislação vigente e as normas expedidas pelo CONSUP.

Art. 49º Havendo vaga, a UNIFAAHF pode matricular aluno considerado desistente de qualquer de seus cursos ou desvinculado institucionalmente, mediante processo seletivo.

Parágrafo único. O aluno, matriculado nos termos deste artigo, sujeita-se ao currículo vigente à época do reingresso.

CAPÍTULO IV

DA AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

Art. 50º A aprendizagem é avaliada continuamente, mediante verificações durante o período letivo, expressando-se o resultado final em notas de zero a dez, nos termos das normas expedidas pelo CONSUP.

§ 1º. O aluno que deixar de comparecer às avaliações de aproveitamento individuais, nas datas fixadas, pode requerer, mediante justificativa e no prazo de três dias úteis após a realização da mesma, uma avaliação substitutiva para cada disciplina ou unidade curricular, de acordo com o calendário escolar, sujeitando-se ao pagamento das taxas respectivas.

§ 2º. Decorrido o prazo previsto no parágrafo anterior, será atribuída nota zero ao aluno que deixar de se submeter à verificação prevista na data fixada.

§ 3º. Pode ser concedida revisão de nota, mediante requerimento dirigido ao Coordenador do Curso, no prazo de três dias úteis após a divulgação do resultado, com o pagamento da taxa respectiva.



§ 4º. O professor responsável pela revisão da nota pode mantê-la ou alterá-la, devendo sempre, fundamentar sua decisão, cabendo recurso, sucessivamente, à Coordenadoria de Curso e ao Colegiado do Curso, em instância final.

Art. 51º São atividades curriculares as preleções, iniciação científica, exercícios, arguições, trabalhos práticos, seminários, visitas técnicas, estágios, provas escritas e orais previstos nos respectivos planos de ensino, assim como atividades complementares, aprovadas pela Coordenadoria de Curso.

Parágrafo único. O professor, a seu critério e com a aprovação da respectiva coordenadoria, pode promover trabalhos, exercícios e outras atividades em classe e extraclasse, que podem ser computados nas notas ou conceitos das verificações parciais, nos limites definidos pela Reitoria.

Art. 52º A avaliação da aprendizagem é feita por disciplina ou unidade curricular, incidindo sobre a frequência e o aproveitamento e seus critérios serão divulgados aos alunos no início de cada semestre ou módulo letivo.

§ 1º. Cabe ao docente a atribuição de notas de avaliação e responsabilidade do controle de frequência dos alunos, obedecido o projeto pedagógico do curso, devendo a Reitora fiscalizar o cumprimento dessa obrigação, intervindo em caso de omissão.

§ 2º. É atribuída nota zero ao aluno que usar meios ilícitos ou não autorizados pelo professor, quando da elaboração dos trabalhos, de verificações parciais, exames ou qualquer outra atividade, que resulte na avaliação de conhecimento, por atribuições de notas, sem prejuízo da aplicação de sanções cabíveis por ato de improbidade.

Art. 53º Atendida, em qualquer caso, a frequência mínima de setenta e cinco por cento às aulas e demais atividades escolares programadas, o aluno é aprovado quando obtiver resultado não inferior a sete, correspondente à somatória das avaliações parciais realizadas durante o período letivo, incluindo o exame final, obrigatório.

Parágrafo único. As médias são expressas em números inteiros.

Art. 54º É considerado reprovado o aluno que:

- I. não obtiver frequência mínima de setenta e cinco por cento das aulas e demais atividades programadas, em cada disciplina ou unidade curricular;



II. não obtiver, na disciplina ou unidade curricular, resultado final igual ou superior a cinco.

Art. 55º O aluno reprovado por não ter alcançado frequência ou a média mínima exigida, deve repetir a disciplina ou unidade curricular, no período letivo seguinte ou em período letivo especial, aprovado pela Reitoria.

Art. 56º É promovido ao período letivo seguinte o aluno aprovado em todas as disciplinas ou unidades curriculares do período cursado, admitindo-se, ainda, a promoção com dependência, na forma regulamentada pelo CONSUP.

Art. 57º Podem ser ministradas aulas de dependência e de adaptação de cada disciplina ou unidade curricular, em horário ou período especial, a critério da coordenadoria de cada curso, aplicando-se as mesmas exigências de frequência e de aproveitamento estabelecidas nos artigos anteriores.

Art. 58º Os alunos que tenham extraordinário aproveitamento nos estudos, demonstrado por meio de provas e outros instrumentos de avaliação específicos, aplicados por banca examinadora especial, poderão ter abreviada a duração dos seus cursos, de acordo com as normas do Sistema Federal de Ensino.

CAPÍTULO V

DO REGIME ESPECIAL

Art. 59º Os alunos matriculados nos cursos sequenciais, de graduação, incluindo os de tecnologia, e pós-graduação, portadores de afecções congênitas ou adquiridas, infecções, traumatismos ou outras condições mórbidas, determinando distúrbios agudos, caracterizados por incapacidade física relativa, incompatível com a frequência aos trabalhos escolares, podem merecer tratamento especial, na forma deste regimento, desde que se verifique a conservação das condições intelectuais e emocionais necessárias para o prosseguimento da atividade escolar e não haja prejuízo para o processo de aprendizagem.



Art. 60º O regime especial estende-se à mulher em estado de gravidez, a partir do oitavo mês de gestação e durante três meses.

Parágrafo único. Em casos excepcionais, comprovado mediante atestado médico, pode ser ampliado o período de repouso, antes e depois do parto.

Art. 61º A ausência às atividades escolares, durante o regime especial, é compensada pela realização de trabalhos e exercícios domiciliares, com acompanhamento de professor designado pela Coordenadoria do Curso respectivo, realizados de acordo com o plano fixado, em cada caso, consoante o estado de saúde do estudante e as possibilidades do Centro Universitário.

§ 1º. O regime especial não se aplica às atividades e disciplinas práticas, bem como às atividades de caráter avaliativo, não podendo, ainda, extrapolar 50% (cinquenta por cento) da carga horária total de cada unidade curricular na qual o estudante esteja matriculado.

§ 2º. Ao elaborar o plano de estudo, a que se refere este artigo, o professor leva em conta as características das atividades e a sua duração, para que a execução não ultrapasse, em cada caso, o máximo admissível para a continuidade do processo psicopedagógico de aprendizagem neste regime.

Art. 62º Os requerimentos relativos ao regime especial, disciplinado neste Regimento, devem ser instruídos com laudo, firmado por profissional legalmente habilitado.

Parágrafo único. É da competência da Coordenadoria de Curso a decisão relativa ao pedido de regime especial, desde que não prejudique o processo de aprendizagem.

CAPÍTULO VI

DOS ESTÁGIOS SUPERVISIONADOS

Art. 63º O estágio supervisionado, quando integrante do currículo do curso, consta de atividades de práticas pré-profissionais, exercidas em situações reais de trabalho, sem vínculo empregatício, observada a legislação vigente.

Parágrafo único. Para cada aluno é obrigatória a integralização da carga horária total do estágio, prevista no projeto pedagógico do curso, nela se podendo incluir as horas destinadas ao planejamento, orientação paralela e avaliação das atividades.



Art. 64º As normas gerais para o estágio supervisionado são disciplinadas pelo CONSUP.

Parágrafo único. Cabe ao Colegiado de Curso, mediante proposta do Coordenador de Curso, expedir as normas específicas do estágio supervisionado do respectivo Curso.

CAPÍTULO VII

DOS TRABALHOS DE GRADUAÇÃO

Art. 65º O trabalho de graduação, sob a forma de monografia ou projeto experimental, pode ser exigido, quando constar do projeto pedagógico do curso.

Parágrafo único. Cabe ao CONSUP fixar as normas para a escolha do tema, a elaboração, apresentação e avaliação do trabalho referido neste artigo.

TÍTULO V

DA COMUNIDADE ACADÊMICA

CAPÍTULO I

DO CORPO DOCENTE

Art. 66º O corpo docente é constituído por todos os professores permanentes do Centro Universitário.

Art. 67º Os professores são contratados pela Mantenedora, segundo a legislação trabalhista.

§ 1º. A título eventual e por prazo estritamente determinado, a UNIFAHF pode dispor do concurso de professores visitantes ou colaboradores, aos quais ficam resguardados os direitos e deveres da legislação trabalhista.

§ 2º. É obrigatória a frequência de professores, salvo nos programas de educação a distância.

Art. 68º A admissão de professor é feita mediante seleção procedida pela coordenação do curso a que pertença a disciplina ou unidade curricular e homologada pela Reitora do Centro Universitário, observados os seguintes critérios:



- I. além da idoneidade moral do candidato, são considerados seus títulos acadêmicos, científicos, didáticos e profissionais, relacionados com a disciplina ou unidade curricular a ser por ele lecionada; e
- II. constitui requisito básico o diploma de graduação e pós-graduação, correspondente a curso que inclua, em nível não inferior de complexidade, matéria idêntica ou afim àquela a ser lecionada.

Parágrafo único. Os demais critérios são fixados pelo CONSUP, ouvida a mantenedora.

Art. 69º Cabe ao professor:

- I. participar da elaboração do projeto pedagógico do curso e institucional do Centro Universitário;
- II. elaborar o plano de ensino de sua disciplina ou unidade curricular ou atividade, submetendo-o à aprovação do Colegiado de Curso, por intermédio da coordenação respectiva;
- III. orientar, dirigir e ministrar o ensino de sua disciplina ou unidade curricular, cumprindo-lhe integralmente o programa e a carga horária;
- IV. registrar a matéria lecionada, as atividades desenvolvidas e o controle de frequência dos alunos;
- V. organizar e aplicar os instrumentos de avaliação do aproveitamento e julgar os resultados apresentados pelos alunos;
- VI. fornecer, ao setor competente, as notas correspondentes aos trabalhos, provas e exames, bem como a frequência dos alunos, dentro dos prazos fixados pela Reitoria;
- VII. observar o regime disciplinar do Centro Universitário;
- VIII. participar das reuniões e trabalhos dos órgãos colegiados a que pertencer e de comissões para as quais for designado;
- IX. recorrer das decisões dos órgãos deliberativos ou executivos;
- X. comparecer às reuniões e solenidades programadas pela Reitoria e pelas Pró-Reitorias da UNIFAAHF e seus órgãos colegiados;
- XI. responder pela ordem no uso do material e em sua conservação, na turma para a qual estiver lecionando:



- XII. orientar os trabalhos escolares e quaisquer atividades extracurriculares relacionadas com a disciplina ou unidade curricular;
- XIII. planejar e orientar iniciação científica, estudos e publicações;
- XIV. não defender ideias ou princípios que conduzam a qualquer tipo de discriminação ou preconceito ou que contrariem o Estatuto e o Regimento do Centro Universitário e a legislação vigente;
- XV. comparecer ao serviço, mesmo no período de recesso letivo, sempre que necessário, por convocação da coordenadoria do curso ou da Reitoria do Centro Universitário;
- XVI. elaborar, quando convocado, questões para os processos seletivos, aplicar as provas e fiscalizar a sua realização; e
- XVII. exercer as demais atribuições que lhe forem previstas em lei, no Estatuto e no Regimento do Centro Universitário.

CAPÍTULO II

DO CORPO DISCENTE

Art. 70º Constituem o corpo discente da UNIFAAHF os alunos regulares e os alunos não regulares, duas categorias que se distinguem pela natureza dos cursos a que estão vinculados.

§ 1º. Aluno regular é o matriculado em curso sequencial de formação específica, de graduação, incluindo o de tecnologia, mestrado ou doutorado, que conduzem a diploma.

§ 2º. Aluno não regular é o inscrito em curso sequencial de complementação de estudos, de especialização, aperfeiçoamento ou de extensão, que conduzem a certificado, ou em disciplinas avulsas.

Art. 71º São direitos e deveres dos membros do corpo discente:

- I. cumprir o calendário escolar;
- II. frequentar as aulas e demais atividades curriculares, aplicando a máxima diligência no seu aproveitamento;
- III. utilizar os serviços da biblioteca, laboratório e outros serviços acadêmicos, administrativos e técnicos oferecidos pelo Centro Universitário;
- IV. votar e poder ser votado nas eleições dos órgãos de representação estudantil;



- V. recorrer de decisões dos órgãos deliberativos ou executivos;
- VI. observar o regime disciplinar e comportar-se, de acordo com princípios éticos condizentes;
- VII. zelar pelo patrimônio da UNIFAAHF ou colocado à disposição desta pela Mantenedora; e
- VIII. efetuar o pagamento, nos prazos fixados, dos encargos educacionais.

Art. 72º O corpo discente tem como órgão de representação o Diretório ou Centro Acadêmico, regido por estatuto próprio, por ele elaborado e aprovado de acordo com a legislação vigente.

Parágrafo único. Os diretórios ou centros acadêmicos podem ser organizados por curso.

Art. 73º A UNIFAAHF pode instituir prêmios, como estímulo à produção intelectual de seus alunos, na forma regulada pelo CONSUP e aprovada pela Reitoria.

Art. 74º A UNIFAAHF pode instituir programa de Monitoria, sendo os monitores selecionados pela coordenação de curso e designados pela Reitoria.

Parágrafo único. No processo de seleção deve ser levado em consideração o rendimento satisfatório do candidato, na disciplina ou unidade curricular ou área da monitoria, bem como aptidão para as atividades auxiliares de ensino, iniciação científica e extensão.

CAPÍTULO III

DO CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

Art. 75º O corpo técnico-administrativo, constituído por todos os servidores não docentes, tem a seu cargo os serviços administrativos e técnicos de apoio necessários ao normal funcionamento das atividades de ensino, iniciação científica e extensão.

Art. 76º A UNIFAAHF zela pela manutenção de padrões de recrutamento e condições de trabalho condizentes com sua natureza, bem como por oferecer oportunidades de aperfeiçoamento técnico-profissional a seus empregados.

Art. 77º Os servidores não-docentes são contratados sob o regime da legislação trabalhista, estando sujeitos, ainda, ao disposto neste Regimento, nos atos constitutivos da Mantenedora e nas demais normas expedidas pelos órgãos da administração superior do Centro Universitário.



TÍTULO VI DO REGIME DISCIPLINAR

CAPÍTULO I DO REGIME DISCIPLINAR GERAL

Art. 78º O ato de matrícula de aluno ou de investidura de profissional em cargo ou função docente ou técnico-administrativa importa em compromisso formal de respeito aos princípios éticos que regem o Centro Universitário, à dignidade acadêmica, às normas contidas na legislação de ensino, no Estatuto e neste Regimento e baixadas pelos órgãos competentes e pelas autoridades que deles emanam.

Art. 79º Constitui infração disciplinar, punível na forma deste Regimento, o desatendimento ou transgressão do compromisso a que se refere o artigo anterior.

§ 1º. Na aplicação das sanções disciplinares é considerada a gravidade da infração, à vista dos seguintes elementos:

- a) primariedade do infrator;
- b) dolo ou culpa;
- c) valor do bem moral, cultural ou material atingido; e

§ 2º. Ao acusado é sempre assegurado amplo direito de defesa.

§ 3º. A aplicação a aluno, docente ou pessoal não-docente de penalidade que implique afastamento temporário ou definitivo das atividades acadêmicas, é precedida de processo disciplinar, instaurado pelo Reitor.

§ 4º. Em caso de dano material ao patrimônio do Centro Universitário, além da sanção disciplinar aplicável, o infrator está obrigado ao ressarcimento.

Art. 80º Os membros da comunidade acadêmica devem cooperar ativamente para o cumprimento da legislação educacional e deste Regimento, contribuindo para a manutenção da ordem disciplinar do Centro Universitário.



CAPÍTULO II

DO REGIME DISCIPLINAR DO CORPO DOCENTE

Art. 81º Os membros do corpo docente estão sujeitos às seguintes penalidades disciplinares:

- I. advertência, oral e sigilosa, por negligência no exercício da função docente;
- II. repreensão, por escrito, por falta de cumprimento dos deveres docentes;
- III. suspensão, no caso de dolo ou culpa, na falta de cumprimento dos deveres, bem como na reincidência em falta punida com repreensão; e
- IV. dispensa por:
 - a) incompetência didático-científica;
 - b) ausência a vinte e cinco por cento ou mais das aulas e exercícios programados;
 - c) descumprimento do programa da disciplina ou unidade curricular a seu cargo;
 - d) desídia no desempenho das respectivas atribuições;
 - e) prática de ato incompatível com a ética, a moral e os bons costumes;
 - f) reincidência nas faltas previstas no item III deste artigo;
 - g) faltas previstas na legislação pertinente.

§ 1º. São competentes para aplicação das penalidades:

- a) de advertência, o Coordenador do Curso;
- b) de repreensão e suspensão, a Reitora; e
- c) de dispensa de professor ou pessoal não-docente, a Mantenedora, por proposta da Reitora.

§ 2º. Da aplicação das penas de repreensão e suspensão, bem como da de desligamento de aluno, cabe recurso com efeito suspensivo ao CONSUP.

CAPÍTULO III

DO REGIME DISCIPLINAR DO CORPO DISCENTE

Art. 82º Os discentes ficam sujeitos às seguintes sanções disciplinares:

- I. advertência;
- II. repreensão;



- III. suspensão; e
- IV. desligamento.

Parágrafo único. A pena de suspensão implica na consignação de ausência do aluno durante o período em que perdurar a punição, ficando impedido de frequentar as dependências do Centro Universitário.

Art. 83º Na aplicação de sanções disciplinares, são considerados os seguintes elementos:

- I. primariedade do infrator;
- II. dolo ou culpa;
- III. valor e utilidade de bens atingidos; e

Parágrafo único. Conforme a gravidade da infração, as penas de suspensão e desligamento podem ser aplicadas independente da primariedade do infrator.

Art. 84º São competentes para aplicação das penalidades:

- I. de advertência, o Coordenador do Curso; e
- II. de repreensão, suspensão e desligamento, a Reitora;

§ 1º. A aplicação de sanção, que implique em desligamento das atividades acadêmicas, é precedida de processo disciplinar.

§ 2º. A comissão de processo é formada de, no mínimo, três membros da comunidade acadêmica, sendo dois professores e um servidor não-docente, designados pela Reitora.

§ 3º. A autoridade competente para a imposição de penalidade pode agir pelo critério da verdade sabida, nos casos em que o membro do corpo discente tiver sido apanhado em flagrante pelo seu professor ou outro superior hierárquico, na prática de falta disciplinar e desde que a pena a ser aplicada seja de advertência, repreensão ou suspensão.

Art. 85º É cancelado o registro das sanções previstas neste Regimento se, no prazo de um ano da aplicação, o discente não tiver incorrido em reincidência.

Art. 86º As penas previstas neste Regimento são aplicadas da forma seguinte:

- I. advertência, na presença de duas testemunhas:
 - a) por desrespeito a qualquer membro da administração da UNIFAAHF ou da Mantenedora;



- b) por perturbação da ordem no recinto do Centro Universitário;
 - c) por desobediência às determinações de qualquer membro do corpo docente, ou da administração do Centro Universitário;
 - d) por prejuízo material ao patrimônio da Mantenedora, da UNIFAAHF ou do Diretório ou Centro Acadêmico, além da obrigatoriedade de ressarcimento dos danos;
- II. repreensão, por escrito:
- a) na reincidência em qualquer dos itens anteriores;
 - b) por ofensa ou agressão a membros da comunidade acadêmica;
 - c) por injúria a qualquer membro da comunidade acadêmica;
 - d) por referências descorteses ou desabonadoras a colegas, aos dirigentes ou professores e servidores do Centro Universitário.
- III. suspensão:
- a) na reincidência em qualquer dos itens anteriores;
 - b) por ofensa ou agressão grave a membro da comunidade acadêmica;
 - c) pelo uso de meio fraudulento nos atos escolares;
 - d) por aplicação de trotes a alunos novos, que importem em danos físicos ou morais, ou humilhação e vexames pessoais;
 - e) por arrancar, inutilizar, alterar ou fazer qualquer inscrição em editais e avisos afixados pela administração, no local próprio;
 - f) por desobediência a este Regimento ou atos normativos baixados pelo órgão competente, ou a ordens emanadas pelos Reitores, coordenadores ou professores, no exercício de suas funções.
- IV. desligamento:
- a) na reincidência em qualquer das alíneas do inciso anterior;
 - b) por ofensa grave ou agressão aos dirigentes, autoridades e funcionários da UNIFAAHF ou a qualquer membro dos corpos docente e discente, da Mantenedora ou autoridades constituídas;
 - c) por atos desonestos ou delitos sujeitos à ação penal, sem prejuízo desta;
 - d) por improbidade, considerada grave, na execução dos trabalhos acadêmicos, devidamente comprovada em processo disciplinar;



- e) por participação em passeatas, desfiles, assembleias ou comícios que possam caracterizar calúnia, injúria ou difamação aos dirigentes ou integrantes da UNIFAAHF ou da Mantenedora ou perturbação do processo educacional.

Parágrafo único. Havendo suspeita de prática de crime, a Reitora deve providenciar, desde logo, a comunicação do fato à autoridade policial competente.

CAPÍTULO IV

DO REGIME DISCIPLINAR DO CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

Art. 87º Aos membros do corpo técnico-administrativo aplicam-se as penalidades previstas na legislação trabalhista e, no que couber, o disposto no Capítulo II, deste Título.

§ 1º. A aplicação das penalidades é de competência da Reitora, ressalvada a de dispensa ou rescisão contratual, de competência da Mantenedora, por proposta da Reitora.

§ 2º. É vedado a membro do corpo técnico-administrativo fazer qualquer pronunciamento envolvendo a responsabilidade do Centro Universitário, sem autorização da Reitora.

TÍTULO VII

DOS TÍTULOS E DIGNIDADES ACADÊMICAS

Art. 88º Ao concluinte de curso sequencial de formação específica, de graduação, incluindo o de tecnologia, e de pós-graduação, em níveis de doutorado ou mestrado, é conferido o respectivo grau e expedido o diploma correspondente.

Parágrafo único. Ao concluinte de curso sequencial, de complementação de estudos de pós-graduação, em níveis de especialização, aperfeiçoamento ou atualização, e de extensão é expedido certificado.

Art. 89º Os graus acadêmicos são conferidos pela Reitora, em sessão conjunta, pública e solene, do CONSUP, na qual os diplomados prestarão o compromisso de praxe.

Parágrafo único. Ao concluinte que o requerer, o grau pode ser conferido em ato simples, na presença de três professores, em local e data determinados pela Reitora.



Art. 90º A UNIFAAHF confere as seguintes dignidades:

- I. Professor Emérito; e
- II. Professor *Honoris Causa*.

Parágrafo único. Os títulos honoríficos, uma vez aprovados pelo CONSUP e pela Mantenedora, são conferidos em sessão solene e pública daquele colegiado, mediante entrega do respectivo diploma.

TÍTULO VIII

DAS RELAÇÕES ENTRE A MANTENEDORA E O CENTRO UNIVERSITÁRIO

Art. 91º A Mantenedora é responsável pela UNIFAAHF perante as autoridades públicas e o público em geral, incumbindo-lhe tomar as medidas necessárias ao seu bom funcionamento, respeitados os limites da Lei e deste Regimento, a liberdade acadêmica dos corpos docente e discente e a autoridade própria de seus órgãos deliberativos e executivos e a sua autonomia didático-científica.

Art. 92º Compete à Mantenedora promover adequadas condições de funcionamento do Centro Universitário, colocando-lhe à disposição os bens imóveis e móveis necessários e assegurando-lhe os suficientes fatores humanos e recursos financeiros.

§ 1º. À Mantenedora reserva-se a administração financeira, contábil e patrimonial do Centro Universitário, assim como a oferta dos serviços gerais de apoio à UNIFAAHF.

§ 2º. Dependem de aprovação da Mantenedora:

- a) o orçamento anual do Centro Universitário;
- b) a assinatura de convênios, contratos, protocolos ou acordos;
- c) as decisões dos órgãos colegiados que importem em alteração de despesa ou de receita;
- d) a admissão, promoção, premiação, punição ou dispensa dos recursos humanos colocados à disposição do Centro Universitário;
- e) a criação ou extinção de cursos e o aumento, redistribuição ou redução de suas vagas iniciais; e
- f) a transferência de manutenção.



Art. 93º Compete à Mantenedora designar, na forma deste Regimento, a Reitora, competindo-lhe, ainda, a contratação do pessoal docente e técnico-administrativo do Centro Universitário.

TÍTULO IX

EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

Art. 94º O Núcleo de Educação a distância - NEAD é responsável pela coordenação, organização, execução, supervisão e acompanhamento das atividades acadêmicas e administrativas para a realização da Educação a Distância, EAD, nos cursos de graduação e pós-graduação *lato sensu*, com suas funções atribuições previstas em regimento próprio.

Art. 95º O Núcleo de Educação a Distância é organizado da seguinte forma:

- I. Equipe de Produção de Materiais
- II. Equipe de Gestão de Processos
- III. Equipe de Supervisão de Polos

Art. 96º O Núcleo de Educação a Distância tem como cargo executivo o Coordenador de Educação a Distância, indicado pela Reitora, e, como órgão consultivo, o Colegiado de Coordenação Didática de Educação a Distância, composto pelo Coordenador do NEAD, que o preside, pelos coordenadores de curso a distância, um representante docente e um representante discente.

Art. 97º Sobre os processos de ensino de graduação e pós-graduação a distância, compete ao Núcleo de Educação a Distância - NEAD:

- I. promover o contínuo aperfeiçoamento do ensino de graduação e pós-graduação a distância;
- II. propor diretrizes para a elaboração, implantação e execução dos projetos pedagógicos dos cursos de graduação e pós-graduação a distância, obedecidas as diretrizes curriculares estabelecidas pelo poder público;
- III. propor a política de ensino e coordenar a organização acadêmica e os processos relativos ao ensino de cursos de graduação e pós-graduação a distância;



- IV. organizar, com base no Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI, Projeto Pedagógico Institucional - PPI, assim como nos Projetos Pedagógicos de Cursos - PPC, o planejamento da IES, dos cursos e atividades pertinentes ao ensino de graduação e pós-graduação a distância;
- V. emitir parecer sobre propostas de convênio com entidades que ofereçam campo de aplicação para as atividades de aprendizagem dos alunos de cursos de graduação e pós-graduação a distância;
- VI. coordenar, por meio dos órgãos próprios, planejamento e a execução do ensino e dos processos dele decorrentes, tanto os administrativos (admissão, matrícula, registro dos assentamentos oficiais, horários, calendário), como os acadêmicos (avaliação e conferência dos currículos, projetos pedagógicos, processos de avaliação);
- VII. participar dos processos de avaliação acadêmica dos cursos de graduação e pós-graduação a distância, bem como os de avaliação de desempenho docente;
- VIII. emitir parecer sobre os processos de provimento de professores no Quadro Docente da Instituição;
- IX. manter registro constante e atualizado da vida acadêmica dos docentes;
- X. supervisionar as atividades da Comissão de Processo Seletivo de Acesso na Instituição;
- XI. supervisionar as atividades das coordenações de polos e de curso;
- XII. promover e incentivar o aperfeiçoamento e melhoria do corpo docente;
- XIII. sugerir medidas para a melhoria de condições de trabalho para a qualidade das atividades docentes;
- XIV. compartilhar as experiências obtidas nos cursos de graduação e pós-graduação a distância com os cursos de graduação e pós-graduação presencial;
- XV. colaborar na organização de guias acadêmicos de cursos de graduação e pós-graduação a distância que lhe forem conferidas pelos órgãos superiores;
- XVI. participar com seu coordenador das reuniões do Conselho Superior, com direito a voz e voto, e desempenhar as atividades que lhes forem oferecidas;
- XVII. elaborar e propor a política de ensino dos cursos sob sua direção;
- XVIII. acompanhar o desempenho acadêmico dos alunos dos cursos;
- XIX. estimular grupos de estudos e pesquisa em EAD;
- XX. executar outras atribuições que lhe forem conferidas pelos órgãos superiores.



Art. 98º A equipe de Produção de Materiais, tem por objetivo o planejamento, o desenvolvimento e a publicação do material didático-pedagógico impresso e para o ambiente web, subsidiando os projetos de EAD quanto à transposição didática de conteúdos para as linguagens da educação a distância, com o desenvolvimento e aplicação de sistemas para web, suporte técnico e criações gráficas e audiovisuais.

Art. 99º A equipe de Gestão de Processos é orientada pelo Coordenador do NEAD e é responsável pela organização logística dos processos que envolvem planejamento e condições de oferta de cursos e programas de EAD, bem como implementação e funcionamento dos sistemas, processo seletivo, matrícula, alocação de turmas, registro acadêmico, integração entre o sistema acadêmico e o sistema de gestão de EAD, orientação e atendimento aos polos, certificação.

Art. 100º A equipe de Supervisão de Polos se constitui em uma instância de supervisão e acompanhamento dos processos administrativos e acadêmicos dos polos de apoio presencial.

Art. 101º A avaliação da aprendizagem dos alunos nos cursos a distância se expressará na escala de zero a dez, com variação de cinco (0,5) em cinco (0,5) décimos e a nota será da seguinte forma:

- I. N1 (nota 1): define-se como uma avaliação individual, no formato dissertativo, manuscrita e realizada no polo de apoio presencial e seu resultado se dá na escala de zero a 7,0 (sete).
- II. N2 (nota 2): define-se como avaliação em ambiente virtual de aprendizagem, cujo resultado é aferido a partir de dados como acertos no ambiente virtual, participação, realização de atividades previstas utilizando material web e material didático impresso e seu resultado se dá na escala de zero a 3,0 (três).
- III. A nota final do aluno (NF) será igual a soma das notas N1 e N2 e para que o aluno seja aprovado essa nota deverá ser no mínimo 7,0 (sete).
- IV. A Reavaliação (R) define-se como a avaliação que será realizada em caráter substitutivo a N1 no polo de apoio presencial, em período fixado em Calendário Acadêmico, para alunos que faltaram na avaliação presencial; ou como segunda oportunidade aos alunos que não atingiram a nota final 7,0 (sete), e seu resultado se dará na escala de zero a 7,0 (sete), sendo que a nota da Reavaliação (R), quando maior, substituirá a N1.



- V. Caso o aluno não atinja a nota mínima para aprovação, será considerado reprovado na Unidade Curricular, tendo que cursá-la novamente, em turma regular, ao final do curso, ou opcionalmente, em simultaneidade à outra Unidade Curricular, conforme planejamento de oferta da instituição, sendo que o aluno poderá realizar apenas duas unidades curriculares simultaneamente.

Art. 102º Os Cursos de Educação a Distância, observadas a legislação e normas aplicáveis, serão regulamentados por deliberação do Conselho Superior, mediante proposta do NEAD, sempre que necessário.

TÍTULO X DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 103º Salvo disposição em contrário, o prazo para interposição de recursos é de cinco dias letivos, contado da data da divulgação do ato recorrido ou de sua comunicação ao interessado.

Art. 104º Os encargos educacionais, referentes às mensalidades, taxas e demais contribuições escolares, são fixados e arrecadados pela Mantenedora, atendida a legislação vigente.

Parágrafo único. As relações entre o aluno, a UNIFAAHF e a sua Mantenedora, no que se refere à prestação de serviços educacionais, são disciplinadas em contrato, assinado entre o aluno ou seu responsável e a Mantenedora, obedecidos este Regimento e a legislação pertinente.

Art. 105º Este Regimento só pode ser alterado com a aprovação de dois terços dos membros do CONSUP e em conformidade com a legislação e normas vigentes.

§ 1º. As alterações ou reformas do Regimento são de iniciativa da Reitora ou mediante proposta, fundamentada, de dois terços dos membros do CONSUP.

§ 2º. As alterações ou reformas do projeto pedagógico dos cursos ou do regime escolar deverão ser submetidas e aprovadas pelo colegiado competente da instituição, na forma das normas regimentais e publicadas conforme as normas estabelecidas pela legislação em vigor.



Art. 106º Este Regimento entra em vigor na data de sua aprovação, conforme a legislação e normas vigentes.

Luís Eduardo Magalhães – BA, 23 de agosto de 2019.

Maria Angélica Cardoso Ferreira de Sousa
Reitora